

# REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DAS FAMÍLIAS BRASILEIRAS REFERENTES À FUNÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL E SUAS INFLUÊNCIAS PEDAGÓGICAS

Bruna Luana de Souza Vinci<sup>1</sup>

Simone de Souza<sup>2</sup>

**RESUMO:** Este estudo se propôs a mapear artigos científicos produzidos no período de 2014 a 2019, disponibilizados pelo Portal de Periódicos CAPES, que abordam o tema das representações sociais das famílias sobre a Educação Infantil, bem como identificar a participação da família na escola e suas possíveis influências pedagógicas. Trata-se de uma pesquisa básica, exploratória e qualificativa em que o referencial teórico se baseou, principalmente, na teoria de Moscovici (2009); Jodelet (2015); Jovchelovitch (2008). Os resultados obtidos apontam que as famílias representam a Educação Infantil voltada ao assistencialismo desconsiderando as ações dos professores, na promoção de intervenções pedagógicas essenciais para o desenvolvimento infantil.

**Palavras-chave:** Educação Infantil. Representações Sociais. Família. Escola

**ABSTRACT:** This study proposed to map scientific articles produced in the period from 2014 to 2018, made available by the CAPES Journal Portal, which address the theme of social representations of families on Early Childhood Education, as well as to identify family participation in school and its possible influences pedagogical. It is a basic, exploratory and qualifying research on which the theoretical framework was based, mainly on the theory of Moscovici (2009); Jodelet (2015); Jovchelovitch (2008). The results identified that, for the family, Early Childhood Education is recognized as assistentialist, with child care predominating, leaving the actions of teachers as education professionals who promote pedagogical interventions essential for the full development of children.

**Keywords:** Child education. Social Representation. Family. School.

## 1 INTRODUÇÃO

O presente artigo debruça-se sobre as representações sociais das famílias referentes à Educação Infantil — abordadas nas produções acadêmicas brasileiras e

---

<sup>1</sup> Acadêmica do curso de Pedagogia presencial da Universidade Estadual de Maringá (UEM).

<sup>2</sup> Orientadora do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Professora doutora, do Departamento de Teoria e Prática da Educação (DTP), área de Didática e Metodologia do Ensino da Universidade Estadual de Maringá (UEM).

divulgadas, em forma de artigo científico, no período entre 2014 e 2019 — tendo a finalidade de identificar neste recorte temporal, o cenário da Educação Infantil na contemporaneidade, fundamentando-se na Teoria das Representações Sociais. Esta, por sua vez, faz parte do universo histórico, político e social, construída e reconstituída, a partir das vivências com a realidade, em que teorias e convenções representam um determinado grupo social (COSTA, 2009).

De acordo com Moscovici (2003), há elementos que indicam o modo como as pessoas pensam sobre um determinado objeto social. O autor ressalta que a maioria das pessoas preferem explicações populares que são correlacionadas, de forma equivocada, com as explicações científicas. Nesta direção, Bhering e Nez (2002) analisaram alguns aspectos da relação entre a creche e os pais, concluindo que estes atribuem um caráter assistencialista e, por isso, ela tem o poder de tomar decisões sem a participação ativa da família.

Em contrapartida, Ferreira (2008) destaca que os pais possuem conhecimento sobre a Educação Infantil, com ênfase no processo de aprendizagem e socialização do aluno. Ao passo que Oliveira (2009) identificou que os pais se preocupam com a formação dos docentes, pois, para eles, este nível educacional deve ser um ambiente seguro e afetuoso para o aluno.

Partindo destes pressupostos e de inquietações entre as representações sociais veiculadas pelas famílias, referentes à função social da Educação Infantil, e o papel de seus professores, delineamos as questões propulsoras deste estudo, a saber: quais são as representações sociais que os pais e/ou responsáveis têm sobre a Educação Infantil referente as proposições didático-pedagógicas docentes apresentadas pelas produções científicas brasileiras?

Nas primeiras buscas, identificamos que há poucas pesquisas realizadas sobre o tema. Existem muitos estudos a respeito do brincar na Educação Infantil, e diversas pesquisas voltadas para relação entre família e escola, família e professores. Além disso, no site específico para divulgação de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) de Pedagogia da Universidade Estadual de Maringá (UEM), comprova-se que no ano de 2018, por exemplo, não houve nenhum estudo sobre representações sociais dos pais.

Conseqüentemente, tal cenário impulsionou esta pesquisa, que tem como objetivos: mapear as representações sociais das famílias sobre a Educação Infantil, a

partir da literatura acadêmica; descrever a relação família e escola; identificar as bases da participação da família na escola e suas possíveis influências pedagógicas.

A fim de atingir os objetivos e responder as questões problematizadoras, o artigo organiza-se da seguinte forma: primeiramente, apresenta-se o percurso metodológico e, logo após, as bases da Teoria das Representações Sociais. Posteriormente, traça-se a relação família e escola, extraída das produções acadêmicas brasileiras, divulgadas em forma de artigos e desenvolvidas no período de 2014 a 2019. Em seguida, analisamos as representações sociais identificadas e suas influências na Educação Infantil. Por fim, as considerações finais.

## **2 O PERCURSO METODOLÓGICO**

Trata-se de uma pesquisa básica, exploratória e qualitativa, que busca ampliar os conhecimentos sobre a temática, tornando-a mais explícita ao veicular os variados aspectos que envolvem o estudo em uma abordagem de análise não-matemática dos dados. Dessa forma, o pesquisador descobre, organiza e interpreta os conceitos de acordo com uma determinada base teórica. “Os métodos qualitativos podem ser usados para explorar áreas substanciais sobre os quais pouco se sabe ou sobre os quais sabe-se muito, para ganhar novos entendimento” (STRAUSS; CORBIN, 2008, p. 24).

Para organizar o estudo proposto, é salutar desenvolver o Estado do Conhecimento sobre o tema, mapeando a produção acadêmica brasileira divulgada, em forma de artigos, e desenvolvida no período entre 2014 e 2019. Romanowski e Ens (2006) esclarecem que, assim, proporciona-se uma visão mais ampla referente à temática e estabelece “[...] uma ordenação que permite aos interessados perceberem a evolução das pesquisas na área, bem como suas características e foco, além de identificar as lacunas ainda existentes (ROMANOWSKI; ENS, 2006, p. 40).

De acordo com estes parâmetros, a pesquisa percorreu os seguintes passos: (a) incursões ao Banco de Teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) para as buscas dos artigos acadêmicos, a partir dos descritores “representação social”, “representação social da família”, “RS dos responsáveis”, “RS de pais e mães”, “educação infantil” e “família – escola”; (b) pré-análise dos materiais coletados, por meio da leitura dos títulos e dos resumos dos onze artigos encontrados; (c) exclusão de cinco artigos que não se enquadravam nos

propósitos da pesquisa; (d) organização dos materiais coletados em quadros-sínteses; (e) análise dos dados; (f) elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso.

Cabe destacar que as análises foram feitas sem a pretensão de generalizações, porém entendendo que as representações sociais nos guiam para determinadas interpretações de nossa realidade, impulsionando-nos a tomar decisões e a nos posicionar em um mundo de compartilhamento de ideias (JODELET, 2001). Nesta direção, apresentamos, a seguir, as bases teóricas que alicerçaram este estudo.

### **3 A TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS**

O estudo das representações sociais (RS) tem o objetivo de compreender o mundo, os grupos sociais e as comunicações, demarcados em toda parte da sociedade, especialmente na educação. Nesta perspectiva, é possível identificar, no ambiente escolar, os discursos que circulam e incidem na representação do trabalho, da formação e do cuidado, interferindo na prática pedagógica (JODELET, 2015).

Moscovici (2003) discorre que as representações sociais podem ser definidas como modelo de crenças, opiniões e comportamentos simbólicos que permitem, estaticamente, penetrar nos pensamentos e saberes das pessoas, diante de um determinado conhecimento. Além do mais, estão em todos lugares, como tipo de ideias que se vulgariza na sociedade, por meio da comunicação, sendo ela visual, escrita ou áudio.

Considerando-as no campo da educação, Jodelet (2015) conceitua que é um “espaço privilegiado para observar o jogo das representações sociais” (JODELET, 2015, p. 62). No sistema educativo, encontra-se o nível político, que se refere à organização e à formação dos docentes; o nível da hierarquia institucional, que são as práticas das políticas educacionais que amparam o ensino, e, por fim, o nível utente, que pertence aos alunos e pais no sistema escolar.

Em razão disso, essa pesquisa se enquadra no terceiro nível, pois visa as representações sociais pertinentes dos pais e/ou responsáveis de alunos emersos na Educação Infantil. Uma perspectiva que permite evidenciar os problemas colocados pela transmissão dos saberes nas situações de ensino e aprendizagem, embora Jodelet (2015) afirme que:

É possível levar em consideração outros contextos para além daqueles que estão implicados no sistema escolar. Nomeadamente os do meio de vida, do trabalho, da formação e do cuidar. As suas especificidades vão ter um efeito sobre o modo como os sujeitos se situam relativamente aos discursos que circulam no espaço social e a sua apropriação (JODELET, 2015, p. 63).

As representações sociais são identificadas por meio de discursos, isto é, diálogos de diferentes agentes, no contexto inserido, de modo que eles internalizem o momento histórico, que, por sua vez, pode sofrer evoluções no seu contexto, decorrentes da democratização e padronização da escola em relação à sua identidade educativa. De acordo com Moscovici (2009), elas podem influenciar o comportamento do indivíduo participante de uma coletividade, tornando-se capaz de induzir mentalmente esse processo coletivo. Nas palavras do autor:

Um sistema de valores, ideias, práticas, com uma dupla função: primeiro estabelecer uma ordem que possibilita às pessoas orientar-se em seu mundo material e social e controlá-lo; e, em segundo lugar, possibilitar que a comunicação seja possível entre os membros de uma comunidade, fornecendo-lhes um código para nomear e classificar, sem ambiguidade, os vários aspectos de seu mundo e da sua história individual e social (MOSCOVICI, 2009, p. 21).

Uma vez criada, elas adquirem vida própria, circulam e alcançam a entrada de novas representações, enquanto as velhas são desaparecidas. Diante disso, Moscovici (2009) afirma que, para entender e explicar uma representação, é necessário o conhecimento de sua trajetória, visto que “[...] quanto mais sua origem é esquecida e sua natureza convencional é ignorada, mais fossilizada ela se torna. O que é ideal, gradualmente torna-se materializado” (MOSCOVICI, 2009, p. 41).

Jovchelovitch (2009) reafirma que a TRS se articulam à vida coletiva da sociedade. Assim, o indivíduo busca entender o mundo e, nele, encontrar-se para lhe dar sentido, por meio de uma identidade social, deixando evidente as representações enquanto fenômeno psicossocial, presentes nos ambientes públicos. São como entidades ponderáveis que circulam nesses ambientes, por meio de uma palavra ou gesto que se infiltra no cotidiano social.

Considerando que podem moldar o comportamento do indivíduo participante de uma coletividade, Farr (2008) identifica que as representações permitem e se constroem dos conhecimentos populares e do senso comum. Moscovici (2009, p. 135)

afirma que “o domínio do senso comum é apenas uma consequência da ausência do esforço teórico [...]”.

A ciência e o senso comum, para Moscovici (2009), ao mesmo tempo que são diferentes, complementam-se, visto que antigamente a ciência era baseada no senso comum, tornando-o menos comum. Nos dias de hoje, refere-se à ciência tornada comum. Desta maneira, Jodelet (2015) salienta que o lado constitutivo dos aspectos do senso comum pode servir como um obstáculo, mediador ou facilitador na recepção do conhecimento científico ou, ainda, uma fonte de inspiração para ele. Assim, Jodelet esclarece:

[...] as relações que existem entre o sistema de pensamento do senso comum e o sistema de pensamento científico, os efeitos que decorrem da penetração da ciência na esfera social, sobre a formação e transformação do saber científico decorrente da sua assimilação pela sociedade (JODELET, 2015, p. 60).

Moscovici (2009) explica que para entender tal conhecimento precisa ancorar<sup>3</sup> as ideias, pois cada lugar ou grupo tem o seu conhecimento próprio, com resquícios da cultura que está inserido. Desse modo, o autor compreende que, se as representações têm a função de familiar o não-familiar, assim afirma:

Nossas representações, pois, tornam o não-familiar em algo familiar. O que é uma maneira diferente de dizer que elas dependem da memória. A solidez da memória impede de sofrer modificações súbitas, de um lado e de outro, fornece-lhes certa dose de independência dos acontecimentos atuais – exatamente como uma riqueza acumulada nos protege de uma situação de penúria (MOSCOVICI, 2009, p. 78).

Moscovici denomina essa passagem de “ancoragem”, que torna o não-familiar em familiar (FARR, 2008). Segundo Moscovici (2009), a ancoragem e a objetivação auxiliam no processo das experiências e memórias, retiradas das imagens, movimentos e linguagens, para exceder o não-familiar em familiar.

A primeira mantém a memória em movimento e a memória é dirigida para dentro, está sempre colocando e tirando objetos, pessoas e acontecimentos, que ela classifica de acordo com um tipo e os rotula com um nome. A segunda, sendo mais ou menos direcionada para fora (para outros), tira daí conceitos e imagens para juntá-los e

---

<sup>3</sup>“Ancorar é, pois, classificar e dar nome a alguma coisa” (MOSCOVICI, 2009, p. 61).

reproduzi-los no mundo exterior, para fazer as coisas conhecidas a partir do que já é conhecido (MOSCOVICI, 2009, p. 78).

Jovchelovitch (2008) esclarece que a objetivação e a ancoragem são modelos específicos, em que as mediações sociais possibilitam o entendimento dos conhecimentos de determinado grupo ou lugar, tornando-os materializados nas representações sociais na coletividade.

Ter em vista que representar ou se representar significa uma ação do pensamento, em que o sujeito se relaciona com determinado objeto, denota-se que esse objeto, tanto uma pessoa quanto um evento material, psíquico, ideia, teoria etc., é constituído pela realidade ou imaginação do indivíduo (JODELET, 2001).

Tal pressuposto do conhecimento, segundo Moscovici (1990 *apud* MOSCOVICI, 2009), há diversas ciências que estudam o modo como o sujeito representa o conhecimento, mas a ciência, que busca compreender esse conhecimento como uma realidade comum, trata-se de uma questão específica da psicologia social, pois, nela, estão constituídas as informações que são geradas e projetadas no mundo social.

Para Moscovici (2003), o conhecimento via representação social tem um problema que não está associado ao indivíduo ou à sociedade. Para o autor, está vinculado com as crenças, religiões e conhecimento comum e popular que idealizam o pensamento coletivo. Sendo assim, aborda inquietações sobre a sociedade criar ideias coerentes e não coerentes que são transmitidas de geração a geração. A partir disso, Moscovici afirma:

A teoria das representações sociais é singular, parece-me, devido ao fato de esta teoria tender mais e mais na direção de se tornar uma teoria geral dos fenômenos sociais e uma teoria específica dos fenômenos psíquicos. [...]. As opiniões pertencem a uma ordem diferente: crenças sobre a vida em comum, sobre como as coisas devem ser, sobre o que deve fazer (MOSCOVICI, 2003, p. 173).

Assim, de fato, são consideradas como fenômenos observados ou reconstruídos a partir de conhecimento científico. Ao passar o tempo, esses fenômenos tornam-se objetos centrais da ciência humana, podendo dizer que os objetos da pesquisa ganham instrumentos conceituais e metodologias próprias (JODELET, 2001).

Como também a representação se refere à sustentação de todos os conhecimentos e saberes, segundo Jovchelovitch (2008), para buscar compreender, é necessário entender a gênese, o desenvolvimento e o modo da materialização desses conhecimentos na vida social. Assim, possibilitará a compreensão da relação do conhecimento à pessoa, o grupo social e o mundo real.

Entende-se que a RS está presente em todos os contextos, variando seus conhecimentos e saberes de acordo com as especificidades de cada cultura, cada lugar e de cada grupo em que está inserida. Consequentemente, está em diferentes contextos de comunicação, de modo a ser elaborada ou se constituir com a finalidade de se materializar no pensamento individual pertinente da coletividade (MOSCOVICI, 2009).

#### **4 OS ARTIGOS ACADÊMICOS BRASILEIROS PRODUZIDOS NO PERÍODO DE 2014 A 2019**

Os artigos acadêmicos brasileiros, mapeados no período de 2014 a 2019, somam seis periódicos encontrados no Banco da CAPES, sendo (4) pesquisa em Universidades Federais e (1) em instituições privadas. No ano de 2014, não foram encontradas pesquisas referentes ao tema. Em 2015, somam-se dois artigos; em 2016, 2017 e 2018, há um artigo para cada ano. Ao longo do mapeamento, não foram encontrados artigos publicados em 2019.

Considerando as representações sociais sobre a Educação Infantil, os artigos focam em duas vozes: as RS dos docentes e as das famílias. Nestes materiais, a referência principal é do autor Serge Moscovici e, também, de sua colaboradora Denise Jodelet, bases teóricas também eleitas para nosso trabalho. O quadro, a seguir, sistematiza os dados coletados.

**Quadro 1 - Relação dos artigos conforme o ano da publicação, nome do periódico, autor e título, aporte teórico e síntese das representações sociais identificadas**

Ano / Periódico	Autor (a)/ título	Aporte Teórico	Representações sociais
-----------------	-------------------	----------------	------------------------

2015 Educação: Teoria e Prática	GONÇALVES, Josiane Peres; FARIA, Adriana Horta de. <i>Representações sociais de pais sobre atuação de homens como educadores de crianças de 0-3 anos.</i>	Scott Louro Moscovici	O papel do professor da Educação Infantil está diretamente relacionado com o papel maternal, prevalecendo o cuidado; há preconceito com docente homem.
2015 Caderno de Pesquisa: Pensamento Educacional	RIBEIRO, Andressa Francine Paes; PORTILHO, Evelise Maria Labatut. <i>A Professora da Educação Infantil e suas Representações Sociais.</i>	Moscovici Jodelet Kramer Oliveira Formosinho	Professores não se reconhecem como educadores em relação às características que o cargo oferece.
2016 Educação infantil: o consensual	MACHADO, Laeda Bezerra; MONTEIRO, Luciana Oliveira Freitas. <i>Educação Infantil: o consensual nas representações sociais de pais e mães de crianças.</i>	Doise Mocovici Jodelet Doise	Pais e mães valorizam a brincadeira, material concreto, leitura e contação de histórias pelas professoras; compreendem como sendo as bases para a formação do aluno.
2017 Revista Zero-a-seis	VITORIA, Telma. <i>A relação entre creche e família: entraves que permanecem há décadas.</i>	Moscovici	Apresenta vestígios de 30 anos atrás, que considerava a creche como um local para as crianças ficarem, concebia a criança como indefeso que precisa apenas de cuidado materno; mães veem a creche como assistencialista.
2018 Revista Educação e Cultura Contemporânea	LIMA, Andreza Maria; MACHADO, Laêda Bezerra. <i>Famílias de estudantes de escola pública: um estudo sobre relações sociais e práticas de professoras.</i>	Moscovici	Famílias não participam das atividades pedagógicas; há desvalorização do professor.

Fonte: CAPES (2020), organizado pela autora.

Abre-se um parêntese, neste momento, para destacar que, ao longo da coleta de dados, encontraram-se duas dissertações de Mestrado que incidem a representação social que as famílias possuem sobre os professores que atuam na

Educação Infantil. Mesmo que o objetivo deste estudo seja a análise de artigos publicados em periódicos acadêmicos, entende-se oportuno acrescentar estes materiais como suportes às nossas análises.

A dissertação de Freitas (2017), intitulada “As representações sociais de famílias sobre professoras(es) da educação infantil da rede municipal de Belo Horizonte”, traz as representações sociais que a família tem sobre a Educação Infantil e das professoras(es) que lá atuam. Para as famílias, o essencial é o “cuidado”, afirmam que é importante a segurança dos seus filhos e, além do mais, evidenciou-se que “as representações sociais dessas famílias sobre o perfil do(a) professor(a) da Educação Infantil aponta para um profissional predominantemente do gênero feminino, de meia idade, que seja sorridente” (FREITAS, 2017, p. 9). Para os pais e/ou responsáveis, a presença de um professor homem traz repulsão, apesar de aceitarem, desde que seja acompanhado de alguma professora (FREITAS, 2017).

Sob o mesmo ponto de vista, Silva (2019), em sua dissertação “Representações sociais do desgaste do trabalho docente na Educação Infantil”, identifica que o professor deste nível educacional é desvalorizado, tanto pela política quanto pelos pais e/ou responsáveis de alunos, pois a sociedade e as famílias compreendem o espaço, apenas, para o cuidado e a educação da criança pequena.

As dissertações evidenciaram que “o cuidar tem maior peso e importância para as famílias” (FREITAS, 2017, p. 143). “Os verbos “cuidar, pegar, deixar, buscar” demarcam as falas das professoras [...] como o local público de cuidado e assistencialismo” (SILVA, 2019, p. 105). Nesse sentido, a EI é marcada pelo cuidado dispensado pelo docente do gênero feminino e seu afeto, descartando a formação desse profissional da educação e sua qualificação para intervenções pedagógicas.

Tais pressupostos impelem às análises dos artigos mapeados, realizadas a seguir.

## **5 ANÁLISE DOS DADOS: AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DAS FAMÍLIAS E SUAS IMPLICAÇÕES PEDAGÓGICAS**

Os artigos selecionados para a análise destacam as bases representativas da Educação Infantil, que, por sua vez, fundamentam os modos de compreender esse nível educacional por familiares de alunos e alunas, associados à atuação de professores.

Na pesquisa de Gonçalves e Faria (2015), intitulada “Representações sociais de pais sobre atuação de homens como educadores de crianças de 0-3 anos”, evidencia-se que as famílias possuem a representação social de que a Educação Infantil é um local de cuidado e afeto, predominando a função maternal. Destaca-se, também, que os pais exigem a presença de professoras do gênero feminino para trabalhar com crianças pequenas. Em síntese, percebe-se que essas representações marcam a educação como um local onde predomina o assistencialismo e onde impera o preconceito em relação aos professores do sexo masculino.

No estudo das autoras, Ribeiro e Portilho (2015), intitulada “Professora da Educação Infantil e suas Representações Sociais”, denota-se que muitas das professoras escolheram esta profissão por estar associada à maternidade e que se sentem desvalorizadas pelos pais de alunos e pelas próprias condições que o cargo oferece, ressaltando que o cargo remete à representação de um profissional afetivo, por isso as professoras são reconhecidas como “tia”.

Professora, porém, é professora. Tia é tia. É possível ser tia sem amar os sobrinhos, sem gostar sequer de ser tia, mas é impossível ser professora sem amar os alunos – mesmo que amar, só, não baste – e sem gostar do que se faz. É mais fácil, porém, sendo professora, dizer que não gosta de ensinar, do que sendo tia, dizer que não gosta de ser tia (FREIRE, 2009, p. 28 *apud* RIBEIRO; PORTILHO, 2015, p. 107).

O fato de identificar a professora como tia remete à necessidade de se nomear algo. Moscovici (2009) explica que é impossível classificar sem denominar. Segundo o autor, classificar e denominar são atividades distintas, porém na sociedade nomear alguma coisa ou alguém possui significado relevante, visto que, ao denominar, liberta-se o sentimento anônimo, internalizado por meio da cultura imersa, fazendo determinar algo com palavras específicas, incidindo uma representação.

A partir da leitura do artigo, compreende-se que, para muitas professoras, ser um profissional da Educação Infantil foi uma escolha secundária, baseada nas representações sociais do “cuidado maternal”, internalizadas por elas. Uma determinada representação social pertencente à sociedade circula em diferentes grupos, como na família dos alunos e no corpo docente da escola, e, por isso, também, fazem parte das escolhas do ser professora.

Além das pesquisas mapeadas, Silva (2014) também evidenciou que a Educação Infantil está marcada pelo cuidado, identificando que as professoras são reconhecidas como cuidadoras. Baseando-se em Anthony Giddens, a autora destaca em sua pesquisa:

Os depoimentos de mães de crianças revelam a permanência de imagens de cuidadora e de educadora muito próximas daquelas que originalmente se associaram às educadoras nas creches, reproduzindo concepções que do ponto de vista legal não mais se sustentam, como é o caso da ideia de substituto materno (SILVA, 2014, p. 17).

Neste estudo, está claro que a criança fica na escola para os pais e/ou responsáveis trabalharem, e eles se preocupam que seus filhos estejam em um lugar de confiança, afetuoso e de proteção. Compreende-se, assim, que a EI é caracterizada por conhecimentos do passado, transmitidos de geração em geração (SILVA, 2014). Deste modo, Moscovici (2009) explica que todos os ambientes físicos estão sob as representações sociais. E, por meio delas, o indivíduo é moldado, de forma que, quanto menos se pensa nas representações, mais determinantes tornam-se delas. Assim, acontece com a mente coletiva, residindo a verdade da crença que domina a sociedade por anos.

As representações coletivas se constituem em um instrumento explanatório e se referem a uma classe geral de ideias e crenças (ciência, mito, religião, etc.), para nós, são fenômenos específicos que estão relacionados com um modo particular de compreender e de se comunicar – um modo que cria tanto a realidade como senso comum. (MOSCOVICI, 2009, p. 49).

Jodelet (2015) afirma que, em contextos educacionais, é possível identificar as representações sociais em diferentes intérpretes, pois elas podem ser percebidas diante do modo histórico ou à medida em que as políticas e a população sofrem mudanças. Deste modo, permitem evidenciar os problemas gerados por essas ideias e saberes que afetam o ensino-aprendizagem.

Retornando aos artigos mapeados, Machado e Monteiro (2016), em “Educação Infantil: o consensual nas representações sociais de pais e mães de crianças”, apresentaram as representações sociais que circulam no âmbito escolar público e privado. Na instituição pública, identificaram que os diálogos consideram a escola como um local de proteção e segurança para as crianças ficarem, enquanto as

mães trabalham. No ensino particular, as famílias compreendem que o “cuidado” com as crianças pequenas faz parte do processo pedagógico, em que a Educação Infantil está amparada por legislações. Destaca-se, ainda, que os pais pertencentes a este grupo possuem ensino médio completo, e alguns, ensino superior, apresentando um nível socioeconômico distinto do primeiro grupo (MAHADO; MONTEIRO, 2016).

Desse modo, percebe-se que o primeiro grupo reafirma os discursos presentes há anos, que marcam a Educação Infantil como um local assistencialista. Oliveira (2015) confirma que as famílias consideram este um local para deixarem seus filhos, enquanto trabalham, uma vez que se preocupam, apenas, com a alimentação e a proteção da criança. “Em relação às expectativas dos pais, identificamos que em sua maioria procuram a instituição com o intuito de promover mais cuidado ao seu filho do que educação, pois a palavra ‘cuidado’ aparece na maioria das respostas dos pais” (OLIVEIRA, 2015, p. 6).

Infere-se que o segundo grupo está pautado em conhecimentos científicos, estes comprovam que a Educação Infantil é marcada pelo binômio do cuidar e educar. Além disso, reconhecem a importância da relação família e escola para o desenvolvimento da criança (MACHADO; MONTEIRO, 2016).

A partir disso, Jodelet (2015) afirma que os estudos das representações sociais devem considerar os espaços públicos, campos culturais e os saberes científicos, pois as representações terão características particulares, representando as identidades sociais do grupo. Assim sendo, Jovchelovitch (2008) explica as representações em espaços públicos:

A relação entre representação sociais e espaços públicos é complexa deve ser discutida com cuidado. Está é uma das dimensões da teoria que está relacionada com a lógica de produção das representações sociais enquanto fenômeno. Meu argumento central é de que a esfera pública, enquanto lugar da alteridade, fornece às representações sociais o terreno sobre o qual elas podem ser cultivadas e se estabelecerem (JOVCHELOVITCH, 2008, p. 65).

Vitoria (2017), em seu artigo, intitulado “A relação entre creche e família: entraves que permanecem há décadas”, denota que a Educação Infantil representa um instrumento de resistências às operações ocasionadas pela população há trinta anos, época que se concebia a criança como indefeso, necessitado apenas de cuidado materno. A autora destaca:

As representações sociais parecem muito próximas àquilo que é chamado de "senso comum", que normalmente é tomado como um corpo de conhecimentos, teorias e/ou concepções do qual um grupo social se apropria e no qual podem ser encontrados elementos do conhecimento científico, que de alguma maneira foram "deturpados" ou fragmentados. As transformações sobre o conhecimento científico ao nível das relações sociais são vistas como adaptações necessárias à utilização destes conhecimentos na vida cotidiana (VITORIA, 2017, p. 5).

Com base na leitura, podemos reafirmar que a Educação Infantil pode ser comparada a um depósito destinado às crianças, enquanto os pais trabalham, podendo ser desprovida de trabalho pedagógico. No mesmo sentido, Casanova e Ferreira (2017) sustentam esta afirmação, visto que, para as famílias, as crianças pequenas não fazem nada, além de comer, brincar com outras crianças e dormir.

De acordo com o estudo de Lima e Machado (2018), no artigo intitulado "Famílias de estudantes de escola pública: um estudo sobre relações entre representações sociais e práticas de professoras", as famílias não têm relação e diálogo com a escola. Isso propicia aos pais a desvalorização dos professores bem como a compreensão de que a Educação Infantil é responsável apenas por cuidar. Os autores, também, ressaltam que os próprios docentes favorecem o distanciamento da família, inibindo os pais a conhecerem, de fato, o que é a Educação Infantil. Infere-se, desse modo, que os professores, mergulhados na representação do cuidado, não priorizam o educar.

De acordo com o artigo, os professores precisam mudar esta representação do cuidado, na Educação Infantil. Nesta direção, na perspectiva da Sociologia da Educação, Casanova e Ferreira (2016) sustentam que esta ideia ocorre pelo fato do docente ser o único elo de diálogo entre a família e a escola, no qual as mães entram em contato com os professores para perguntar a respeito do cuidado da criança.

Casanova e Ferreira (2017) confirmam que o conhecimento transmitido para a família deveria ser mudado, pois, em vez da instituição só dialogar a respeito das perguntas dos pais sobre alimentação e higienização, deveriam destacar as intervenções pedagógicas, apresentar as atividades escolares e o planejamento e, sempre, esclarecer que é fundamental a relação da família com a escola para o desenvolvimento dos alunos. Costa, Silva e Souza (2019) contribuem ao acentuar

que, inicialmente, a família e a escola precisam reconhecer a sua função no desenvolvimento da criança.

Portanto, que ambas as instituições são de suma importância para o processo de aprendizagem do sujeito e ambas devem cooperar para o seu pleno desenvolvimento, de modo que suas competências motoras, psicológicas, emocionais, sociais e intelectuais sejam satisfatoriamente bem desenvolvidas (COSTA; SILVA; SOUZA, 2019, p. 8).

À vista disso, Souza (2009) explica que, por meio da família, a criança se depara com os conhecimentos formais e informais, os valores e a ética. Com base nisso, a participação das famílias e/ou responsáveis no âmbito escolar apresentam melhoras significativas nos alunos, em relação ao desempenho nas atividades pedagógicas.

Considerando as representações sociais que circulam em todos campos escolares, principalmente nas intervenções pedagógicas, há dificuldades para as famílias compreenderem que as ações na Educação Infantil vão além do “cuidado”, pois está no binômio cuidar e educar a fim de se ter o desenvolvimento e a aprendizagem das crianças (PASQUALINI; MARTINS, 2008).

Como as representações moldam o pensamento da sociedade, observa-se que alguns professores se consideram cuidadores e não educadores. Assim, Oliveira (2016) confirma que os próprios docentes reconhecem a escola como um local assistencialista. De fato, é em decorrência dos discursos existentes que a família desvaloriza o ensino, e o poder público, por sua vez, não cumpre com as leis determinantes (OLIVEIRA, 2016).

Cabe destacar, conforme Moscovici (2009), que as representações se mantem em contexto de convenções e ambiguidades, as quais fazem parte de uma sociedade coletiva, moldando as pessoas de um determinando grupo e compartilhando suas ideias, imagens e crenças, que, para ela, são consideradas aceitas.

Jodelet (2015) esclarece que os discursos que circulam estão repletos de conceitos obsoletos.

É possível levar em consideração outros contextos para além daqueles que estão implicados no sistema escolar. Nomeadamente os do meio de vida, do trabalho, da formação e do cuidar. As suas

especificidades vão ter um efeito sobre o modo como os sujeitos se situam relativamente aos discursos que circulam no espaço social e sua apropriação (JODELET, 2015, p. 63).

De fato, as representações estão fragmentadas em ideologias do passado. Como Paschoal e Machado (2009) afirmam, a creche surgiu com o propósito de cuidar das crianças, para que as mulheres pudessem trabalhar, bem como das órfãs.

Para Moscovici (2009), nem todo senso comum está desprovido da verdade. A sociedade, porém, está em constante mudança, e a ciência veio para romper o conjunto de ideias e opiniões em determinados contextos. Então, as representações sociais transformaram o não-familiar em familiar e evidenciaram as mudanças de tais fenômenos tradicionais para uma sociedade moderna. Observa-se que a representação do grupo da família é marcada pelo “conhecimento popular, as maneiras de pensar e agir na vida cotidiana, o senso comum [...]” (MOSCOVICI, 2009, p. 198).

A Educação Infantil é amparada por legislações, como a Constituição Federal de 1988, Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), Plano Nacional de Educação (PNE) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Sustentada por Leis que enfatizam a relação família e escola, a CF/1988 traz, em seu Artigo 205, que a Educação é um direito de todos e dever do Estado e da Família. Com a colaboração da sociedade visa a promover a formação plena do desenvolvimento do cidadão, qualificando-se para o exercício da cidadania e para o trabalho (MORENO, 2018).

Costa, Silva e Souza (2019) destacam a importância da família e escola nesse processo pedagógico do aluno, compreendendo que as duas esferas precisam estar juntas, cooperando nos âmbitos social, intelectual, psicológico e emocional dos alunos.

Entende-se, desse modo, que as representações das famílias sobre a Educação Infantil estão baseadas em teorias e ideologias, que transformam a realidade, e associadas à interação de grupos e pessoas que possam construir ou reproduzir essas ideias à parte, em outras palavras pode-se dizer que significa construir o senso comum (MOSCOVICI, 2009).

Em síntese, por meio das análises dos artigos mapeados, identifica-se a Educação Infantil associada ao assistencialismo, visando à proteção e ao cuidado das crianças menores, sendo reconhecida pelo cuidado maternal, desprovida do ato de educar e suas sistemáticas intervenções pedagógicas. Ao predominarem estas

representações nas famílias brasileiras, pode-se dizer que “[...] toda pesquisa que fizermos e nossos esforços para obter informações que empenhamos, somente servirão para confirmar essa imagem” (MOSCOVICI, 2009, p. 58).

## **6 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Neste artigo, buscamos descrever as representações sociais das famílias sobre a Educação Infantil, com objetivo de identificar a participação da família e escola e suas influências pedagógicas. Por meio do mapeamento dos artigos produzidos, no período de 2014 a 2019, portanto, foi possível alcançar os objetivos da pesquisa e responder à pergunta problematizadora, visto que os estudos nos mostram que as famílias compreendem a Educação Infantil como local assistencialista, pautado no passado, predominando o cuidado e a proteção da criança. Nesse sentido, este trabalho contribuiu para a formação da pesquisadora, deixando explícito que para mudar essa representação, o professor e a escola precisam alterar a predominância do “cuidar”. É necessário, para isso, destacar as intervenções pedagógicas nesta etapa; apresentar o plano de aula, as atividades pedagógicas e o desenvolvimento da criança bem como dialogar com a família sobre o trabalho pedagógico para desconstruir essas ideias.

Em síntese, compreendemos que as famílias têm a representação social, muitas vezes, obsoleta e transmitem este conceito de geração em geração. Desta forma, identificamos que, nos dias atuais, esta concepção interfere e cria barreiras na relação entre as famílias e a escola. Percebemos, também, que as representações sociais estão em diversos contextos escolares, inclusive, no corpo docente. Isso significa que os próprios professores entendem que a Educação Infantil é um local de “cuidado”, ideia que se distânciava do verdadeiro significado, o de “educar”.

Por fim, concluímos que há poucas pesquisas realizadas no que se refere ao tema e, como nos mostram os artigos mapeados, as representações sociais das famílias referentes à Educação Infantil podem e precisam ser modificadas. Desse modo, tem-se, ainda, a necessidade de se realizar novas pesquisas sobre o tema.

## **REFERÊNCIAS**

BHERING, Eliana; NEZ, Tatiane Bombardelli de. Envolvimento de pais em creche: Possibilidades e dificuldades de parceria. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Itajaí, v.18, n. 1, p. 63-74, jan./abr. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ptp/v18n1/a08v18n1>. Acesso em: 18 abr. 2021.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 26 jun.

CASANOVA, Letícia Veiga; FERREIRA, Valéria Silva. A produção do conhecimento sobre a relação escola e família em 13 anos de ANPED. **Roteiro**, Joaçaba, v. 41, n. 2, p. 335-378, 2016.

CASANOVA, Letícia Veiga; FERREIRA, Valéria Silva. Creche: lugar para ficar ou para aprender? As famílias respondem. **Educação: Teoria e Prática**, Rio Claro, 2017, v. 27, n. 54, p. 282-297, abr. 2017.

COSTA, Cleusa V. da. **Representações sociais sobre a educação infantil: As vozes das professoras**. Orientador: Marília Claret Garaes Duran. 2009. 156 f. Tese (Mestrado em Educação) - Faculdade de Humanidades e Direito da Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2009.

COSTA, Maria Aparecida Alves da; SILVA, Francisco Mário Carneiro da; SOUZA, Davison da Silva. Parceria entre escola e família na formação integral da criança. **Revista Pemo**, Fortaleza, v. 1, n. 1, p. 1-14, 2019.

DAVID, Maria do Socorro; MAZZOTI, Alda Judith Alves. Representações de creche e de educador de creche por profissionais pioneiros da educação infantil. **Educação e Cultura Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, p. 71-87, 2005.

FARR, Robert M. Representações sociais: a teoria e sua história. *In*: GUARESCHI, Pedrinho; JOVCHELOVITCH, Sandra (org.). **Texto em representações sociais**. Petrópolis: Vozes, 2008. Cap. 1. p. 31-59.

FERREIRA, Heloiza do S. N. **Educação infantil e participação: um estudo de representação sociais de pais de uma escola pública municipal de Belém**. Orientador: Ivany Pinto Nascimento. 2008. 145 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2008.

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. As pesquisas denominadas "estado da arte". **Educação e Sociedade**, [s. l.], v. 23, n. 79, p. 257-272, ago. 2002. Mensal.

FREITAS, Maria Aparecida de. **As representações sociais de famílias sobre professoras(es) da educação infantil da rede municipal de ensino de Belo Horizonte**. 2017. 179 f. Dissertação (Mestrado em Ensino de Matemática) - Cursode Constituição e Memória, Pontifca Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

GONÇALVES, Josiane Peres; FARIA, Adriana Horta de. Representações sociais de pais sobre atuação de homens como educadores de crianças de 0-3 anos. **Educação: teoria e prática**, Rio Claro, 2015, v. 25, n. 49, p. 282-297, out. 2015.

JODELET, D. Representações sociais: um domínio em expansão. In: JODELET, D. *As representações sociais*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001, p. 17-44.

JODELET, Denise. O encontro dos saberes. In: JESUÍNO, Jorge Correia; FELISMINA, R. P.; MENDES, Manuel José Lopes (org.). **As representações sociais nas sociedades em mudanças**. Petrópolis: Vozes, 2015. Cap. 2. p. 59-79.

JOVCHELOVITCH, Sandra. **Os contextos do saber**: representações, comunidades e cultura. Tradução de Pedrinho Guareschi. Petrópolis: Vozes, 2008.

JOVCHELOVITCH, Sandra. Vivendo a vida com os outros: intersubjetividade, espaço público e representações sociais. In: GUARESCHI, Pedrinho; JOVCHELOVITCH, Sandra (org.). **Texto em representações sociais**. Petrópolis: Vozes, 2008. Cap. 2. p. 63-85.

LIMA, Andreza Maria de; MACHADO, Laêda Bezerra. Família de estudantes de escola pública: um estudo sobre relações entre representações sociais e práticas de professoras. **Revista Educação e Cultura Contemporânea**, [s. l.], v. 3, n. 15, p. 388-415, abr. 2018.

MACHADO, Laeda Bezerra; MONTEIRO, Luciana Oliveira Freitas. Educação Infantil: o consensual nas representações de pais e mães de crianças. **Roteiro**, Joaçaba, v. 41, n. 2, p. 337-354, 2016.

MORENO, Gilmara Lupion. A relação escola-família e a organização do trabalho pedagógico na educação infantil. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 13, n. 3, p. 1187-1203, 2018.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais**: Investigações em psicologia social. Tradução de Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis: Vozes, 2003.

MOSCOVICI, Serge. Texto em representações sociais. In: GUARESCHI, Pedrinho; JOVCHELOVITCH, Sandra (org.). **Texto em representações sociais**. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 7-17.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais**: Investigações em psicologia social. Tradução de Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis: Vozes, 2009.

OLIVEIRA, Daniela Regina dos Santos. A relação entre cuidar e educar nos espaços de vida coletiva na creche. **Revista Eventos Pedagógicos**, [s. l.], v. 6, n. 4, p. 77-87, 21 out. 2015. Bimestral.

OLIVEIRA, João Severino de. O cuidar, o educar e o brincar nos tempos, espaços e contextos socioeducativos da/na creche: algumas considerações. **Revista Exitus**, Santarém, v. 6, n. 2, p. 106-128, jul. 2016.

OLIVEIRA, Luciana. **As representações sociais sobre o trabalho da professora de educação infantil**: Um estudo como pais/ responsáveis de crianças atendidas nos CMEIS urbano de Chapecó. Orientador: Prof. Dra. Maria Helena Cordeiro. 2009. 124 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Vale do Itajaí, Itajaí, 2009.

PASCHOAL, Jaqueline Delgado; MACHADO, Maria Cristina Gomes. A história da Educação Infantil no Brasil: avanços, retrocessos e desafios dessa modalidade educacional. **Revista Histedbr**, Campinas, n. 33, p. 78-95, mar. 2009.

PASQUALINI, Juliana Campregher; MARTINS, Lígia Márcia. A Educação Infantil em busca de identidade: análise crítica do binômio “cuidar-educar” e da perspectiva anti-escolar em Educação Infantil. **Rev. Psic. da Ed.**, São Paulo, v. 27, p. 71-100, 2008.

RIBEIRO, Andressa Francine Paes; PORTILHO, Evelise Maria Labatut. A professora da educação infantil e suas representações sociais. **Caderno de pesquisa: pensamento educacional**, Curitiba, v. 10, n. 25, p. 96-115, 2015.

ROMANOWSKI, Joana Paulin; ENS, Romilda Teodora. As pesquisas denominadas do tipo estado da arte. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 6, n. 19, p. 37-50, 2006.

SILVA, Bruna Emily da. **Representações sociais do degaste do trabalho docente na educação infantil**. 2019. 178 f. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2019.

SILVA, Isabel de Oliveira e. A creche e as famílias: o estabelecimento da confiança das mães na instituição de educação infantil. **Educ. rev.**, Curitiba, n. 53, p. 253-272, set. 2014.

SPINK, Mary Jane. Descrição explicação e método na pesquisa das representações sociais. In: GUARESCHI, Pedrinho; JOVCHELOVITCH, Sandra (org.). **Texto em representações sociais**. Petrópolis: Vozes, 2008. Cap. 5. p. 117-145.

STRAUSS; Anselm; CORBIN, Juliet. **Pesquisa qualitativa: técnicas e procedimentos para o desenvolvimento de teoria fundamentada**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.

VITORIA, Telma. A relação entre creche e família: entraves que permanecem há décadas. **Revista Zero a Seis**, [s. l.], v. 19, n. 36, p. 308-327, jul. 2017.